

PÁTRIA EDUCADORA E OS ATORES DA EDUCAÇÃO



Alacir de Araújo
Professora doutora e
diretora da Faculdade
Saberes

A expressão *Pátria educadora*, utilizada pela presidente da República, Dilma Rousseff, em seu discurso de posse, em 2015, pressupõe um País que ofereça as condições educacionais fundamentais, principalmente aos estudantes carentes que buscam galgar outros patamares via educação. Tais desafios, no entanto, começam a esbarrar em entraves que ocorrem desde a pré-escola.

Como explicar que uma escola no interior do estado do Espírito Santo tenha uma professora que, além do ofício de ensinar para uma classe multisseriada, tenha ainda a obrigação de fazer a limpeza da escola, a merenda das crianças e serviços de secretaria e atendimento a pais, sem nada receber de extra para desempenhar tais serviços?

Que *Pátria educadora* é essa que disponibiliza um número exorbitante de assessores para deputados, senadores e vereadores e nega às escolas o mínimo de pessoal para as tarefas de ensino e apoio? Pobre professora. Além do baixo salário que recebe, ainda tem

que cuidar de uma instituição escolar, mostrada pela mídia, de uma carência ímpar: paredes mofadas, reboco caindo, carteiras velhas. Pobres alunos. Que possibilidades de conhecimentos a Pátria educadora lhes oferece? Biblioteca? Acesso a novas tecnologias? Filmes educativos? Certamente, não.

É provável que aí comece a trajetória do fracasso escolar que vai desembocar nos exames de avaliação do desempenho do estudante: Prova Brasil, Pisa, Enem, Enade, bem como em seu projeto de vida. E a desigualdade vai crescendo entre estudantes de escolas públicas e privadas, com raras exceções.

Para completar esse caos na educação, o sistema online do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), destinado ao ensino superior, apresenta sérias dificuldades de acesso. A maioria dos estudantes não consegue finalizar sua inscrição para o primeiro semestre letivo de 2015 e, a cada dia, o Ministério da Educação (MEC) apresenta uma nova justificativa para tal fato, e o tempo vai passando sem que as instituições de ensino superior tenham uma definição sobre o que fazer.

E a Pátria educadora vai trilhando os descaminhos educacionais: processo seletivo para contrato temporário do professor, em detrimento de concursos públicos, o que leva, muitas vezes, ao descompromisso do docente em sua atuação em sala de aula, com formação precária e titulação de pós-graduação *lato sensu* duvidosa, em muitos casos.

E nossas crianças e estudantes Brasil afora? Certamente aguardando políticas públicas mais condizentes para que a Pátria se torne realmente educadora, oportunizando uma escola em que educação não seja privilégio, mas direito de todos e dever do Estado e da família, em consonância com o artigo 205 de nossa Constituição Federal. ■

